Notícias do dia 04 de maio

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 10 | Número de veículos: 9

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
TCM de Goiás tem 28 conselheiros aposentados e sete ativos . . . 3

O POPULAR - GO - VIDA URBANA
TCE - GO
Rede estadual perde 35 mil alunos em meio à pandemia . . . 5

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - DM REVISTA
TCE - GO
Eurico Barbosa - GELÉIA GERAL . . . 7

DIÁRIO CENTRAL - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Assembleia acelera a tramitação da PEC de extinção do TCM-GO . . . 8

GAZETA DO ESTADO IMPRESSO - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Multado por sonegação - TABULEIRO POLÍTICO . . . 10

VERDE VALE FM 103,7 - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Refém do TCM, diz Henrique Arantes sobre FGM ser contra extinção do órgão . . . 11

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Refém do TCM, diz Henrique Arantes sobre FGM ser contra extinção do órgão . . . 13

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Artigo: Valmir Pedro, prefeito de Uruaçu/GO, defende a preservação do TCM . . . 15

TRIBUNA DO PLANALTO ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Entrevista | Vou conversar com todos os deputados para buscar o voto favorável à extinção do TCM' . . . 16

O POPULAR - ON LINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Escolas estaduais de Goiás perdem 35 mil alunos em meio à pandemia . . . 20

TCM de Goiás tem 28 conselheiros aposentados e sete ativos

Elisama Ximenes

Na folha de pagamento de fevereiro do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO), há, além dos sete conselheiros em exercício, 28 ex-membros do conselho aposentados. A maioria deles pediu aposentadoria voluntária em meio a pressão por indicações da **Assembleia Legislativa de Goiás**. Hoje, o tribunal sofre ameaça de extinção por um projeto de lei que tramita na Casa, em meio a pressão para que um conselheiro se aposente.

Juntos, os conselheiros inativos receberam R$ 1.055.590,15 em fevereiro, de acordo com o Portal da Transparência do TCM. Os ativos receberam a soma de R$ 287.244,47. Quer dizer, o valor da despesa de pessoal com os conselheiros em exercício é quase quatro vezes menor do que o que foi gasto pelo tribunal com os aposentados. Essas somas consideram os salários recebidos por eles sem os descontos.

Entre os aposentados está Linio Ribeiro de Paiva, que foi deputado estadual de 1979 a 1983 pelo MDB. Ele recebeu, em fevereiro, R$ 117.471,56, referentes ao seu salário normal e ao décimo terceiro. O ex-parlamentar ficou no TCM de setembro de 1988 a março de 1994, quando pediu a aposentadoria aos 47 anos de idade.

Na sua vaga, Paulo Ortegal foi admitido em maio de 1994. Ele havia sido secretário particular do então governador Iris Rezende (MDB). A sua nomeação no TCM, porém, ocorreu um mês depois que o emedebista se licenciou para disputar o Senado.

Ortegal, por sua vez, se aposentou em maio de 2013. Ele foi substituído por Daniel Augusto Goulart, que assumiu no mesmo mês, três dias depois. Goulart foi indicado pela **Assembleia Legislativa de Goiás** quando exercia o cargo de secretário de Articulação Institucional do terceiro governo de Marconi Perillo (PSDB). Ele também foi deputado estadual de 2003 a 2011, pelo PSDB.

Outro conselheiro que se aposentou antes da aposentadoria compulsória foi Agenor Rodrigues de Rezende, que estava no TCM por indicação do ex-governador de Goiás Maguito Vilela. Ele ficou no tribunal de 1998 a 2003. Dois dias depois de sua saída, o ex-deputado estadual Walter José Rodrigues (MDB) assumiu o cargo.

O também ex-deputado estadual, Honor Cruvinel (PSDB) assumiu a vaga de conselheiro do TCM no lugar de Paulo Rodrigues de Freitas em abril de 2011. Ele foi indicado pela mesa diretora da Assembleia Legislativa. Paulo também foi deputado estadual, mas pelo PSD, e ficou no tribunal por 10 anos. Aposentou-se aos 60 anos.

Ameaças

O POPULAR mostrou recentemente que o tribunal já sofreu cinco ameaças de fechamento nos últimos 10 anos. A Assembleia agora aprecia mais uma matéria com esse objetivo, proposta pelo deputado estadual Henrique Arantes (MDB).

A Casa aguarda para indicar Humberto Aidar (MDB) para conselheiro, mas o ex-deputado Nilo Resende, apto a se aposentar, resiste a deixar a vaga.

Nilo assumiu cadeira no TCM, no lugar de Jossivani de Oliveira, indicado pela Assembleia em abril de 2013. Ele chegou a ter a nomeação questionada no Ministério Público, porque, segundo a promotora Marlene Bueno, não preencheria os requisitos como de "notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública" e "mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos específicos mencionados". O juiz, porém, deu decisão favorável pela permanência de Nilo no tribunal.

Como agora, nos bastidores, a pressão ocorrida em outros tempos remetem à tentativa de forçar uma nova indicação política. É nesse cenário que conselheiros deixam as vagas antes da aposentadoria compulsória.

O chefe das Relações Humanas do TCM, Marcelo Coelho, porém, diz que é uma questão voluntária e difícil de ser analisada por esse ponto de vista. "Tem vários critérios técnicos para as indicações e para as aposentadorias, basta olhar a Constituição Estadual", pontua.

A Constituição determina que a Assembleia tem direito a quatro indicações e o governador a três, com

aprovação na Casa Legislativa. Segundo a ordem indicada, os dois primeiros são nomes indicados pela **Alego**. A terceira é feita pelo governador, com votação dos deputados.

A Casa retoma as indicações no quarto e quinto nome a ocupar o conselho, formado por sete conselheiros. A partir daí as nomeações voltam a ser do governador. Entretanto, na sexta a escolha deve ser necessariamente por um auditor. A sétima é feita entre membros do Ministério Público junto ao Tribunal, que vai indicar uma lista tríplice, seguindo os critérios de antiguidade e merecimento.

Prazo para projeto receber emendas começa a contar hoje

Começa a contar hoje o prazo para que os parlamentares apresentem emendas ao projeto de emenda à Constituição, do deputado estadual Henrique Arantes (MDB), que pede a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO).

De acordo com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**), Humberto Aidar (MDB), é hoje que começa a contar o prazo de 10 sessões ordinárias no plenário.

Com isso, os legisladores têm 10 dias úteis para apresentar as propostas de emenda ao texto original. Passado esse período, é escolhido um relator e, só então, o texto começa a ser votado.

A única emenda apresentada até então é do próprio propositor. Ele pede a aposentadoria automática dos conselheiros com pré-requisitos para tal, incluindo os que recebem abono de permanência. A proposta foi assinada por outros 17 deputados.

"A emenda diz que o conselheiro que já recebe abono permanência, ou seja, já tem direito de aposentar, com a extinção do TCM, deve se aposentar compulsoriamente", explica o presidente da CCJ. Isso porque a PEC prevê que os conselheiros vão continuar recebendo integralmente, mas sem função.

O abono permanência hoje é pago ao conselheiro e corregedor Francisco José Ramos e ao conselheiro Nilo Rezende. O primeiro recebeu R$ 7.092,46 e o segundo, R$ 3.546,23 pelo benefício em fevereiro deste ano, de acordo com o Portal da Transparência do TCM.

A proposta é mais uma tentativa de forçar a aposentadoria de conselheiros para poder bancar novas indicações, já que a Assembleia tem direito a escolher quatro dos sete membros do TCM.

Como O POPULAR tem mostrado, a proposta de extinção do tribunal surge em meio a uma pressão para que o ex-deputado Nilo Resende, apto a se aposentar, desocupe a vaga. Humberto Aidar é o mais cotado para o seu lugar, caso Nilo ceda e a Assembleia recue do projeto de extinção.

Apesar desse contexto político, a justificativa do projeto é de que além de Goiás, apenas outros dois Estados possuem um TCM. Nos demais, as contas dos municípios são julgadas pelo **Tribunal de Contas do Estado**. Os parlamentares favoráveis à proposta também defendem que haveria economia, mesmo que o orçamento seja apenas transferido.

Também há quem veja o órgão de forma negativa, por conta das indicações políticas. Entretanto, o cenário por trás da propositura é justamente o oposto, de acelerar uma nova indicação por parte da Assembleia. O TCM tem defendido que o tribunal não é caro e tampouco ineficiente. Para o órgão, a proposta é um equívoco e aguarda que os deputados revejam a posição.

Site: https://www.opopular.com.br/digital/04-maio-2021/1o-caderno

Rede estadual perde 35 mil alunos em meio à pandemia

Em 2021, mais de 35 mil estudantes da rede estadual de educação em **Goiás** não renovaram matrículas nem solicitaram transferência para outras escolas. Os dados indicam a quantidade de alunos que figura na lista de evasão escolar, ou seja, os que optaram por não dar continuidade aos estudos. O volume, apesar de alto, foi considerado positivo pela Secretaria de Estado de Educação em **Goiás** (Seduc), visto que é 47,5% menor que o registrado no ano passado, quando 68.063 alunos evadiram das escolas.

De acordo com Seduc, o levantamento foi realizado com base no número de matrículas. De 2020 para 2021, foram exatos 35.696 estudantes. Além da evasão, há ainda os alunos que configuram dentro do abandono escolar, ou seja, que deixaram a escola, mas se matricularam novamente no ano seguinte. Neste caso, 2020 contabilizou mais de 9 mil nesta condição em **Goiás**.

Gerente de Avaliação da Rede Estadual e Estatísticas Educacionais da Seduc, Márcia Maria de Carvalho Pereira afirma que analisar os dois indicadores - evasão e abandono escolar - é importante para que o Estado possa redefinir ações e desenvolver estratégias para a melhoria do acesso à educação básica. Para ela, há relação direta com as ações da chamada busca ativa que foram promovidas e ampliadas nos últimos anos. Em março de 2020, logo no início da pandemia, a Seduc lançou um painel de monitoramento pelo qual é feito um levantamento periódico da frequência dos estudantes e do acesso deles às aulas não presenciais. A pasta explica que as unidades escolares entram em contato com alunos ausentes há mais de 14 dias.

Maria Julia Azevedo é gerente de Implementação de Projetos do Instituto Unibanco. A instituição, que não possui fins lucrativos, tem parceria com seis Estados, incluindo **Goiás**, a fim de melhorar a qualidade do ensino público. Ela avalia a redução na evasão escolar em **Goiás** como positiva e diz que é fruto de um esforço conjunto entre professores, gestores e técnicos. "A secretaria aplicou questionários com os diretores de mais de 900 escolas da rede sobre a atual relação dos jovens e suas famílias com a escola, com o objetivo de identificar as maiores dificuldades encontradas pelas escolas para manter o vínculo com estudante e mapear ações de busca ativa com resultados positivos", afirma Maria Julia.

Entre os exemplos positivos, Maria Julia Azevedo cita o Colégio Estadual Pedro Neca, localizado em Aparecida de **Goiânia**, que criou o Dia do Resgate. Neste dia, professores não colocam atividades na plataforma e ficam on-line para tirar dúvidas ou resolver as demandas trazidas pelos estudantes. Além disso, também realizam visitas nas residências daqueles que não conseguem acessar a plataforma e organizaram um serviço de call center executado por uma professora, que liga com frequência para todos os estudantes da escola. "Após a implementação da busca ativa na escola, a participação dos estudantes no ensino remoto aumentou de 50% para 95%", pontua a gerente.

Em **Goiás**, a estratégia da Seduc foi distribuir cestas básicas. Durante a entrega presencial dos kits, as equipes pedagógicas questionam os pais sobre a participação dos estudantes nas aulas. "Essa ação tem resgatado muitos alunos e melhorado a relação de parceria escola/família. Nesse momento, também são entregues as atividades impressas, tanto do aluno resgatado como dos estudantes que não têm acesso à internet", explica a superintendente de Organização e Atendimento Educacional da Seduc, Patrícia de Morais Coutinho.

"Para muitos, a alimentação na escola cumpre um papel importante na segurança alimentar", avalia o coordenador de políticas educacionais do movimento Todos pela Educação, Ivan Gontijo.

Ivan diz que a estratégia em **Goiás** é válida, mas que sozinha não é suficiente. "Temos de olhar os dados de **Goiás** com muito cuidado. Não pode ser vendido como uma super conquista porque a tendência em todo o País é de aumento. O que temos de observar, na realidade é: quando as aulas voltarem presencialmente, será que o número de alunos permanece? Não adianta nada o aluno estar pegando as cestas, mas quando as aulas voltarem ele não retornar à escola. Os impactos deste período de pandemia são muito grandes", completa.

Conselho tutelar

Patrícia de Morais, da Seduc, explica que uma das últimas alternativas inclui acionar o Conselho Tutelar. "No momento em que a escola identifica que o aluno

está com baixa frequência ou deixou de frequentar, o gestor da escola entra em contato com o Conselho Tutelar. Isso depois de ele ter feito todas as ações: contato por telefone; ir até a casa do estudante, procurar a família", pontua a superintendente.

Dados questionados

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) realizou um levantamento sobre o assunto e no documento, questiona alguns pontos da busca ativa dos estudantes. Segundo o relatório, assinado pelo **conselheiro** Saulo Marques Mesquita, diz que o Painel de Monitoramento traz o quantitativo de alunos que não está participando das atividades, mas não é possível identificar qual/quem é esse aluno. "A identificação desses alunos é uma condição que oportuniza uma atuação concreta e particularizada junto aos alunos infrequentes, buscando extrair deles as causas desta infrequência e/ou evasão para, dessa forma, proceder a respostas adequadas", diz o relatório.

A professora Míriam Fábia Alves, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de **Goiás** (UFG) diz que a queda do registro de evasão é importante, mas ressalta que os números ainda são altos e que outros dados precisam ser levados em consideração. "Precisamos ponderar se a diminuição da evasão ocorre de forma proporcional para ensino fundamental e médio. Caiu entre os mais pobres? Entre os estudantes marcados pelos critérios de cor? Com certeza a pandemia deve ter marcado muito a desistência de estudantes com maiores dificuldades para acessar a escola. É o que mostram todas as pesquisas", finaliza.

Estudante emite alertas

Coordenador de políticas educacionais do movimento Todos pela Educação, Ivan Gontijo diz que alunos de evasão e abandono dão sinais ao longo do período letivo. "Geralmente repetiram muitas vezes ou não são tão engajados com a comunidade escolar", completa. Gontijo também aponta o ingresso precoce ao mercado de trabalho como fator importante, principalmente para alunos do ensino médio, geralmente para ajudar a renda familiar.

Neste momento pandêmico, ele cita ainda a migração para o ensino remoto, bem como a vulnerabilidade de famílias com menor condição financeira. "O terceiro ponto vivido agora é uma crise econômica sem precedentes que amplia tudo isso", finaliza.

Unicef aponta dano ainda maior

Um relatório divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) aponta dados ainda maiores englobando em todo o Estado (escolas municipais, estaduais, particulares e conveniadas), crianças e jovens fora da escola em 2021. Os dados compilados de abandono e evasão indicam que em **Goiás** são mais de 123 mil, com idade entre 6 e 17 anos. No ano passado, o primeiro da pandemia do coronavírus (Sars-CoV-2), eram mais de 54 mil com idade entre 4 e 17 anos. A conclusão do estudo é que entre os reflexos da Covid-19 está o agravamento de uma situação já problemática no país.

De uma forma geral, a maior parte dos alunos que deixa a escola, seja retomando no ano seguinte, ou não, envolve jovens com idade entre 15 e 17 anos. O relatório divulgado pela Unicef também mostra que há relação alta entre a pobreza e a exclusão da escola. "Apenas 9,9% dos que estavam fora da escola e tinham de 4 a 17 anos em 2019 vivem em famílias com mais de um salário mínimo per capita; 90,1% vivem em famílias com renda familiar per capita menor que um salário mínimo. Desses, 32,3% em famílias com até um quarto do salário mínimo de renda familiar per capita, 29,6% entre um quarto e a metade e 28,2% de meio até um salário mínimo per capita.", diz o documento.

Gerente de Implementação de Projetos do Instituto Unibanco, Maria Julia Azevedo afirma que com a queda brusca da atividade econômica, o desemprego aumentou e, consequentemente, pioraram as condições dos estudantes e das famílias. "Muitos estudantes terão de trabalhar para ajudar a complementar a renda da família", completa.

Zenaide Dourado dos Santos, de 41 anos é auxiliar de serviços gerais, mas está sem emprego formal. O marido é pedreiro, também sem trabalho. O casal tem dois filhos que deixaram a escola: Igor da Silva, de 18 anos e Geovanna Dourado Alves, de 16. Ambos ajudam os pais em bicos. "Ficou muito difícil ir à escola e buscar as tarefas. Também mudamos de setor e ficou ainda mais longe. Eles perderam o ano passado e creio que vão perder todo este ano de novo", explica a mãe. Os dois estudavam em uma escola municipal em Senador Canedo, cidade da Região Metropolitana de **Goiânia**.

Site: https://www.opopular.com.br/digital/04-maio-2021/1o-caderno

Eurico Barbosa - GELÉIA GERAL

Luiz Augusto Pompinha

Eurico Barbosa, ex-deputado estadual e conselheiro do **Tribunal de Contas de Goiás**, será membro suplente no Instituto Histórico de Goiás.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210504

Assembleia acelera a tramitação da PEC de extinção do TCM-GO

AProposta de Emenda Constitucional (PEC), que visa acabar com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO), já tramita no Poder Legislativo goiano. O documento, de autoria do deputado Henrique Arantes (MDB), foi protocolado na Casa, na terça-feira, 27, e conta com a assinatura de 26 parlamentares. O texto, portanto, está apto para tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Em sua justificativa, Arantes defende que a extinção do órgão resultará economia estatal. "Tão importante no atual cenário", reitera.

Ele explicou que, conforme o modelo constitucionalmente proposto em âmbito nacional, é que o controle externo exercido pelos parlamentos estaduais e municipais seja realizado com o auxílio do respectivo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**).

"Todavia, o constituinte permitiu o experimentalismo federativo em relação às então existentes cortes de contas, estaduais ou municipais, específicas para o controle externo municipal. O que permitiu a continuidade dos Tribunais de Contas dos Municípios de **Goiás** e de outros já existentes quando da promulgação da Constituição Federal", enunciou o emedebista. Arantes argumenta, ainda, que, "isso, contudo, não proibiu a futura extinção dessas cortes para adoção do modelo nacionalmente proposto, como já decidido pelo próprio Supremo Tribunal Federal conforme a ADI 5.763".

O deputado salienta que, uma vez extinto o TCM, suas atribuições e seus servidores efetivos serão incorporados no **TCE**, competente corte estadual dotada de estrutura e capacidade para o bom desempenho de suas funções. Conforme o artigo 2º, do texto, ficam extintos os cargos de **conselheiro** e os seus integrantes são postos em disponibilidade, a partir da publicação da Emenda Constitucional, com direito à percepção integral de suas remunerações, incluídos os subsídios, direitos e vantagens pecuniárias, garantidos os reajustes nas mesmas datas e proporção dos conselheiros do **TCE**. O artigo 3º prevê que todos os servidores efetivos do TCM serão incorporados e aproveitados no Tribunal de Contas, de forma imediata, a partir da publicação da Emenda Constitucional.

PEC não precisa receber de aprovação do Executivo

Uma Proposta de Emenda Constitucional que extingue o Tribunal de Contas dos Municípios precisa das assinaturas de pelo menos 1/3 dos parlamentares. Poderia ser apresentada pelos deputados, governador, câmaras municipais e até por 1% do eleitorado estadual.

Após dez sessões ordinárias, a contar da data em que foi protocolado, o documento segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) do Parlamento estadual. A proposta será considerada aprovada se obtiver, nos dois turnos 3/5 dos votos dos membros da Casa. Ao ser aprovada, é promulgada pela Mesa Diretora, sem a necessidade de sanção pelo Executivo. A PEC que extingue o TCM-GO cumpre todos esses requisitos. A proposta foi assinada por 26 deputados, portanto, com ampla margem de folga para a sua aprovação. Dentre os deputados que subscreveram a proposta, estão Amauri Ribeiro (Patriota), Amilton Filho (Solidariedade), Bruno Peixoto (MDB), Cairo Salim (Pros), Charles Bento (PRTB), Chico KGL (DEM), Delegado Eduardo Prado (DC), Delegado Humberto Teófilo (PSL), Dr. Antonio (DEM), Francisco Oliveira (PSDB), Henrique Arantes (MDB), Henrique Cesar (PSC), Humberto Aidar (MDB), Jeferson Rodrigues (Republicanos), Julio Pina (PRTB), Karlos Cabral (PDT), Lissauer Vieira (PSB), Lucas Calil (PSD), Major Araújo (PSL), e outros

Lissauer Vieira prevê nova sede pronta até o fim do ano

A nova sede da Assembleia Legislativa deve ficar pronta até o final do ano, entrando em funcionamento normal a partir de 2022. O edifício está sendo erguido em um terreno no Park Lozandes, em **Goiânia**. Com mais de 60% das obras já executadas, a nova sede do Poder Legislativo receberá o nome de Palácio Maguito Vilela, em homenagem ao ex-governador de **Goiás** que faleceu por com plicações da Covid-19 no início deste ano.

O presidente da **Alego**, o deputado Lissauer Vieira (PSB), destaca que a obra está sendo desenvolvida de forma célere e com muita responsabilidade por todos os envolvidos. "Técnicos, engenheiros, servidores e a empresa responsável têm feito um trabalho de qualidade e nós temos acompanhado, sempre com boas notícias, os resultados mensais do andamento

desta obra", comemorou o deputado. O presidente disse ainda que a atual sede, o Palácio Alfredo Nasser, não atende mais às necessidades do Parlamento. Localizado em uma área de preservação ambiental, no Bosque dos Buritis, o prédio já foi, inclusive, doado para a prefeitura de **Goiânia**. Segundo Lis-sauer Vieira, a sua gestão procurará economizar ao máximo a fim de ampliar os recursos do Fundo Estadual de Modernização da Assembleia Legislativa, de modo a finalizar, em tempo recorde, a obra. A previsão, de acordo com ele, é que a nova sede seja entregue até o final deste ano.

A nova sede da Assem-bleia terá área total construída de 44.528,71 m2 e será composta por quatro setores e sete pavimen-tos. A obra contará com um auditório com capacidade para 629 lugares, três mini auditórios com 341 lugares cada, um refeitório para 108 pessoas e uma lanchonete.

O projeto prevê um saguão principal, que dá acesso ao plenário, o qual contará com galeria para 222 lugares. O estacionamento externo terá capacidade para receber, simultaneamente, até 6 ônibus e 938 automóveis, sendo 436 vagas cobertas e 502 vagas sem cobertura. A Escola do Legislativo, por sua vez, terá três salas de aula com 25 lugares cada, biblioteca, sala de reuniões e espaço para café.

O projeto foi elaborado de maneira a ser sustentável, abrigando coleta seletiva de resíduos, reaproveitamento de água da chuva e sistema de energia que prioriza a iluminação e a ventilação natural do prédio.

Site: http://www.diariocentral.com.br/website/pdf/991.pdf

Multado por sonegação - TABULEIRO POLÍTICO

Silvio Soũls

Ex-presidente da **Agência Goiana de infraestrutura e Transportes** (Goinfra), Ênio Caiado Rocha Lima, foi multado por sonegar documentos ao **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** de **Goiás** (**TCE**- -GO). O valor divulgado pelo órgão é de R$ 8.803,33.

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/wp-content/uploads/sites/5/2021/05/Gazeta-4606.pdf

Refém do TCM, diz Henrique Arantes sobre FGM ser contra extinção do órgão

Durante sessão da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**) desta terça (4), o deputado estadual Henrique Arantes utilizou a tribuna para defender o seu projeto de emenda à Constituição (PEC) que extingue o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO). Na ocasião, ele afirmou que a Federação Goiana dos Municípios (FGM) e Associação Goiana de Municípios (AGM) defendem o órgão, pois "são reféns".

Na segunda (3), o presidente da FGM, José de Sousa Cunha, comentou o projeto de extinção do tribunal ao Mais **Goiás**. Segundo ele, extinguir o TCM-GO representa mais perda do que ganho. Ele declarou, ainda, que há oito anos a gestão do órgão tem sido voltada à qualificação dos gestores.

Desta forma, ele afirmou que o tribunal "tem um papel importante no que tange à qualificação, a dar segurança e a orientar o gestor sobre a aplicação das políticas públicas. Isso, porque uma vez prefeito, se ele não tiver os devidos cuidados, terá problemas eternamente em seu CPF".

Mais manifestações

Henrique Arantes, ainda em sua fala, afirmou que não haverá qualquer prejuízo em relação à fiscalização dos municípios, uma vez que os servidores continuarão o trabalho com apoio técnico do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**).

Ainda no pequeno expediente, o deputado Hélio de Sousa (PSDB) se posicionou favorável a manutenção do TCM. Para ele, diferente de Henrique, a extinção do tribunal vai aumentar os custos ao erário, em vez de diminuir, já que os servidores e conselheiros continuarão recebendo do Estado normalmente.

Já durante a votação da Ordem do Dia, Tião Caroço também se manifestou contrário a extinção do TCM. "Eu respeito muito o autor dessa matéria, deputado Henrique Arantes (MDB), mas quero lembrar o quanto o TCM é importante para as prefeituras do nosso Estado. Ao aprovar a extinção, os servidores do Tribunal de Contas não serão os únicos afetados. Isso vai refletir nos municípios, no Estado e até mesmo aqui na Assembleia Legislativa."

Site: http://verdevale103.com.br/noticia-1528103112-refem-do-tcm-diz-henrique-arantes-sobre-fgm-ser-

contra-extincao-do-orgao

Refém do TCM, diz Henrique Arantes sobre FGM ser contra extinção do órgão

Durante sessão da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**) desta terça (4), o deputado estadual Henrique Arantes utilizou a tribuna para defender o seu projeto de emenda à Constituição (PEC) que extingue o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO). Na ocasião, ele afirmou que a Federação Goiana dos Municípios (FGM) e Associação Goiana de Municípios (AGM) defendem o órgão, pois "são reféns".

Na segunda (3), o presidente da FGM, José de Sousa Cunha, comentou o projeto de extinção do tribunal ao Mais **Goiás** . Segundo ele, extinguir o TCM-GO representa mais perda do que ganho. Ele declarou, ainda, que há oito anos a gestão do órgão tem sido voltada à qualificação dos gestores.

Desta forma, ele afirmou que o tribunal "tem um papel importante no que tange à qualificação, a dar segurança e a orientar o gestor sobre a aplicação das políticas públicas. Isso, porque uma vez prefeito, se ele não tiver os devidos cuidados, terá problemas eternamente em seu CPF".

Mais manifestações

Henrique Arantes, ainda em sua fala, afirmou que não haverá qualquer prejuízo em relação à fiscalização dos municípios, uma vez que os servidores continuarão o trabalho com apoio técnico do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**).

Ainda no pequeno expediente, o deputado Hélio de Sousa (PSDB) se posicionou favorável a manutenção do TCM. Para ele, diferente de Henrique, a extinção do tribunal vai aumentar os custos ao erário, em vez de diminuir, já que os servidores e conselheiros continuarão recebendo do Estado normalmente.

Já durante a votação da Ordem do Dia, Tião Caroço também se manifestou contrário a extinção do TCM. "Eu respeito muito o autor dessa matéria, deputado Henrique Arantes (MDB), mas quero lembrar o quanto o TCM é importante para as prefeituras do nosso Estado. Ao aprovar a extinção, os servidores do Tribunal de Contas não serão os únicos afetados. Isso vai refletir nos municípios, no Estado e até mesmo aqui na Assembleia Legislativa."

Da mesma forma, Talles Barreto disse ter visitado prefeitos e líderes de entidades representativas dos 246 municípios goianos, sendo todos favoráveis a manutenção do órgão. "Estão satisfeitos com a fiscalização do TCM", afirmou.

Também nesta linha, Virmondes Cruvinel (Cidadania) reforçou a importância do órgão e observou que "perder um órgão desse porte significa um retrocesso sem precedentes".

Função

O Tribunal de Contas dos Municípios é responsável pela fiscalização dos 246 municípios goianos (Prefeituras e Câmaras Municipais), empresas públicas, fundações, autarquias, institutos de previdência, Fundos Municipais de Saúde; Fundos municipais de assistência social, dos direitos da criança e do adolescente, de habitação de interesse social, de educação e de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

Ao todo, segundo o TCM, são 1.900 entidades avaliadas com base na transparência e nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por meio de nota, ao portal, o tribunal disse que não é ineficiente e nem caro. Atualmente, o custeio mensal do órgão é de R$ 530 mil, mais 9,650 milhões em servidores ativos e R$ 5,7 milhões de inativos.

"Seu custo não chega a 0,5% (meio por cento) do orçamento do Estado de **Goiás**. A propalada redução de custo seria pífia." Com a extinção do órgão, os servidores seriam remanejados, por exemplo, para o **TCE**. "A solução de continuidade seria gigantesca e danosa à sociedade. O Estado consumirá tempo e recursos para absorver a estrutura e a expertise que o TCM detém para lidar com a gestão municipal", adverte.

Um dos únicos

Favorável a extinção do tribunal, o presidente da **Alego**, Lissauer Vieira (PSB) argumentou que, além de **Goiás**, só três Estados possuem esse tipo de tribunal. "O TCM está em extinção no País. Se gerasse atraso [não ter], seria para todos."

Acerca da economia, ele lembra que os servidores não perdem a carreira e serão mantidos. Contudo, ele

avalia como significativa a economia nos custos de manutenção estrutural. Vale lembrar, em 2018 também houve a sugestão, por parte do ex-deputado estadual [hoje federal] José Nelto (Podemos), de extinguir o tribunal.

A PEC do deputado estadual Henrique Arantes, vale lembrar, foi apresentada com 26 assinaturas, no último dia 27 de abril.

Site: https://www.emaisgoias.com.br/refem-do-tcm-diz-henrique-arantes-sobre-fgm-ser-contra-extincao-do-orgao/

Artigo: Valmir Pedro, prefeito de Uruaçu/GO, defende a preservação do TCM

O prefeito de Uruaçu/GO, Valmir Pedro, escreveu um artigo direcionado aos deputados goianos pedindo a preservação do Tribunal de Contas dos Municípios. Veja:

"A **Assembleia Legislativa de Goiás** e as Câmaras Municipais têm sido um grande exemplo de poder fiscalizador e auxiliadores nas decisões do Executivo.

O Legislativo é um poder que tem contribuído de forma decisiva nas decisões que resultam em melhor qualidade de vida para o povo goiano.

A Assembleia Legislativa fiscaliza e promove condições viáveis para que o governo do estado consiga executar as ações planejadas.

Por outro lado, o **TCE** - **Tribunal de Contas do Estado** - auxilia o legislativo estadual na fiscalização e orientação para que o orçamento estadual seja bem usado em favor da coletividade.

Quando se trata de recursos do orçamento municipal, são as Câmaras Municipais que fiscalizam e aprovam os projetos de interesse dos munícipes dos 246 municípios de **Goiás**.

Seria um desastre para a boa execução dos recursos públicos, a extinção do TCM, isso porque além de órgão fiscalizador, o TCM de **Goiás** tem sido orientador.

O TCM tem um corpo técnico que dificilmente a grande maioria das Câmaras Municipais algum dia terá.

Não terá por falta de profissionais habilitados e principalmente por falta de condições financeiras.

A pequena fatia do orçamento do Estado usada pelo TCM para manter sua estrutura física e corpo técnico é insignificante perto do volume de recursos que o TCM tem ajudado os municípios a economizarem com os investimentos, de forma correta e transparente.

Os bons gestores de **Goiás** pedem aos nobres Deputados Estados de **Goiás** que preservem o TCM e nos ajudem a continuar sendo fiscalizados e orientados por esse órgão de grande importância para o povo goiano".

Valmir Pedro

Prefeito de Uruaçu/GO

Site: https://goias24horas.com.br/165507-artigo-valmir-pedro-prefeito-de-uruacu-go-defende-a-preservacao-do-tcm/

Entrevista | Vou conversar com todos os deputados para buscar o voto favorável à extinção do TCM'

À frente da Assembleia Legislativa (**Alego**) pelo segundo mandato, o deputado Lissauer Vieira (PSB) deve deixar duas marcas no parlamento goiano: o presidente que concluiu a nova sede da Casa, uma obra em andamento há 16 anos, e que deu ao Legislativo uma cara de Executivo com a criação de programas de atração de empresas, geração de emprego e qualificação de mão de obra. Lissauer nega que os programas Gera **Goiás** e **Alego** Ativa extrapolem a função constitucional do parlamento: "É papel da Assembleia tudo que envolve as pessoas e que toca na vida do cidadão", argumenta em entrevista ao Tribuna do Planalto.

Em outro trecho, ele afirma que pode deixar o PSB, caso o partido o impeça de apoiar a reeleição do governador Ronaldo Caiado (DEM) e lhe tolha a liberdade de apoiar o presidente Jair Bolsonaro (sem partido). "A minha postura política é de apoio ao presidente da República. Minha região é agrícola, forte no agronegócio e eu sou representante do setor produtivo, um setor que apoia maciçamente o presidente Bolsonaro", justifica.

Organizando sua base para sair candidato a deputado federal, Lissauer tem sido lembrado na discussão sobre o vice na chapa do governador. Ele diz que quer caminhar com Caiado em 2022, independentemente do cargo.

Tribuna do Planalto - Qual avaliação o senhor faz da gestão do combate à pandemia de Covd-19 em **Goiás** e no Brasil?

Lissauer Vieira - A situação que vivemos é extremamente emergencial e é uma operação de guerra. A pandemia pegou todo mundo de surpresa, e muitos governantes, prefeito, governadores e até mesmo o governo federal, na ânsia de acertarem, muitos acertaram, mas também erraram. A nível estadual, o governador Ronaldo Caiado, como médico, é uma pessoa que se preocupa com a vida e com a saúde das pessoas. Em **Goiás** tinha uma questão muito preocupante. No começo da pandemia, um ano atrás, tínhamos muito poucos leitos hospitalares e de UTI. Apenas na capital e região metropolitana. Para estruturar essa saúde, e eu falo com conhecimento de causa porque essas matérias todas passaram aqui na Assembleia Legislativa, se demora um tempo. Nós aprovamos a estadualização de oito hospitais regionais, aprovamos recursos na ordem de mais de R$ 500 milhões em várias oportunidades para o governo do estado poder estruturar os hospitais. Mesmo assim, agora na segunda onda, teve que se aumentar leitos de UTI, e tivemos um momento de muita dificuldade, principalmente no final de fevereiro e em março. Eu avalio que muitas pessoas não obedeceram às regras e às orientações das autoridades sanitárias, como higienização, distanciamento social e uso de máscaras, e, ainda nesse momento, depois de um ano de pandemia, pessoas fazendo festas clandestinas, descumprindo protocolos e regras. Isso nos deixa extremamente preocupados. Precisamos urgentemente, e isso é o programa nacional de vacinação, é o governo federal investir forte em aquisição de vacinas, é o único jeito de sair dessa pandemia de uma vez por todas. Alguns países, como os Estados Unidos, que sofreu muito com a pandemia, igual ao Brasil, que tem uma população maior, voltando, aos poucos, à normalidade. Ainda estamos atrasados em relação a isso. Precisamos de investimento em massa na vacina para podermos sair o mais breve possível dessa situação de calamidade.

No combate à pandemia, havia sempre a contradição entre a proteção à saúde e a preservação da economia. O senhor, como representante do setor produtivo, avalia que as medidas preventivas tenham impactado mais que necessário na economia e acima do que o setor produtivo poderia suportar?

Depende do setor. O setor de construção civil teve um boom no período da pandemia; o setor de alimentos, da mesma forma; de produção primária, grãos, agronegócio, até mesmo por conta da demanda e também da alta do dólar, teve um crescimento muito grande. No primeiro momento, enquanto tínhamos o auxílio emergencial de R$ 600, do governo federal, a economia local dos municípios, aquele comércio do bairro, ela circulou e girou com esse recurso que foi injetado nas pessoas, e automaticamente circulou em todos os estados e municípios do Brasil. Alguns setores saíram muito mais prejudicados, do turismo,

da gastronomia, bares, restaurante, do transporte escolar, as escolas, eventos, que tiveram que paralisar, infelizmente. Não é que o governo está fazendo mal para esses setores. A realidade é que a situação não permite fazer um evento, em determinados momentos obrigou os shoppings centers e algumas outras atividades econômicas a fecharem. O difícil é isso: pela situação que estamos vivendo, equilibrar economia e saúde, e as duas são essenciais, é uma tarefa complicada. Não podemos acusar governo A ou B por algum problema que aconteceu. Precisamos encontrar esse equilíbrio. Se abre demais, lota os hospitais; se fecha demais, prejudica a economia. Como equilibrar isso? Eu acho que através da prevenção, da população ser mais obediente, entender melhor a situação que estamos vivendo e respeitar de fato o distanciamento social e o uso de máscaras, mas sempre tem aqueles que desobedecem, e isso prejudica muito e faz com que os governantes, preocupados com a saúde, tomem medidas mais restritivas.

Os deputados aprovaram a liberação de R$ 60 milhões para a aquisição de vacinas. Como está esse processo?

Até hoje não conheço nenhum estado ou município que tenha comprado vacina e ela tenha chegado. O governo federal tem o plano nacional de imunização, tem distribuído as vacinas para os estados, que repassam para os municípios. Tudo ficou muito na fala, na promessa e no protocolo de intenções, mas não existe vacina. Qualquer governante ou empresário que pudesse comprar vacina, estaria comprando. Mas não existe oferta. Temos que aguardar a chagada dessas vacinas que estão sendo prometidas, mas elas não existem ainda.

Como avalia a proposta do deputado estadual Antônio Gomide de criação de um auxílio financeiro pago pelo governo estadual.

Primeiro temos que avaliar a questão fiscal do estado. O governador Ronaldo Caiado é um governador de responsabilidade e não vai fazer compromisso sem ter condições de cumprir. Obviamente que ele olha com muita atenção para esse caso, sabemos que muitas pessoas estão passando necessidade, tanto é que o governo adquiriu, na primeira onda, mais de 500 mil cestas básicas e, agora, está adquirindo novamente mais de 200 mil, se não estou enganado, para distribuir para a população. Aprovamos hoje [quarta-feira, 28] um programa do **Goiás** Social, através da OVG e Secretaria da Desenvolvimento Social, liderado pela primeira-dama, Gracinha Caiado, que vai para dentro das casas ajudar as pessoas em uma profissão, em uma aptidão econômica, a ganharem dinheiro com uma profissão, que seja como costureira, como criador de frango, de suíno, venda de ovos, criação de peixes, numa padaria, em pequenos empreendimentos e até mesmo dentro da própria casa para diversificar sua atividade e ganhar uma renda extra, com ajuda do dinheiro do estado, do Tesouro estadual. Um programa de transferência de renda tem que ser concebido com muita responsabilidade e acho que o governo tem isso em seu radar, obviamente, e está trabalhando para poder conseguir. Porém, precisa ver a situação fiscal e econômica do estado para poder encaminhar um projeto de lei que seja possível ser cumprido, e **Goiás**, como é de conhecimento público, é um dos quatro piores estados na questão econômica e fiscal. Isso é uma herança que o governador assumiu e para poder equilibrar as finanças e fazer os investimentos necessários, investir no social, cuidar das rodovias, cuidar da saúde e da educação precisa ter responsabilidade com o recurso público. O governo está tentando fazer isso para equilibrar todas essas coisas e quando tiver um auxílio, um programa de transferência de renda, que seja duradouro e que se possa cumprir.

Como o senhor avalia o projeto que inclui grupos e líderes religiosos no grupo prioritário de vacinação?

Grupos prioritários e essenciais são todos. Eu quero ser, você quer ser, o médico, o psicólogo, as pessoas com comorbidades. Não tem como colocar todo mundo como prioridade e não podemos ser irresponsáveis. E eu faço uma comparação: se formos ver prioridade, aquela pessoa que busca o lixo na porta da nossa casa, o gari, pessoas que varrem rua, talvez seja mais prioridade que os que falei aqui. Temos que seguir o plano nacional de imunização e não podemos politizar a vacina, e eu acho que por idade é a melhor forma de se chegar até o fim e vacinar todas as pessoas.

O senhor é favorável à extinção do TCM. Acha que o projeto avança na Casa?

O TCM é um órgão em extinção, apenas quatro unidade da federação têm TCM e os outros funcionam perfeitamente bem. As câmaras municipais têm o papel de fiscalização e os técnicos do TCM ficaram à disposição, alguns do **TCE**, outros do Poder Executivo e poderão fazer esse trabalho. Eu não vejo motivo para falarmos que o TCM é essencial na vida das pessoas. Essencial na vida das pessoas é elas terem dignidade para ter saúde, educação. Esses recursos do TCM, se ele for excluído - quem vai decidir é a maioria dos parlamentares, precisam de 25 votos para ser excluído - tendem a ser destinados para outros fins. E sempre falei que era a favor, não podia me manifestar porque não existia uma proposta protocolada. A partir que tem uma proposta protocolada com 26 assinaturas, eu declaro meu voto

favorável e irie trabalhar para essa matéria prosperar e ter a votação aprovada na Assembleia Legislativa. Conversei com poucos deputados ainda, mas vou conversar com todos para buscar o voto favorável à extinção do TCM.

O que vem a ser o programa Gera **Goiás**? É papel do parlamento gerar emprego?

É papel da Assembleia tudo que envolve as pessoas e que toca na vida do cidadão. Nós aprovamos leis aqui e leis que impactam na vida das pessoas. A Assembleia recebe pessoas de todos os 246 municípios do estado e temos demanda de geração de emprego, atração de novas empresas, formação profissional das pessoas. Eu sou representante do setor produtivo, um setor que tem muitas demandas, e muitos municípios precisam de mão de obra qualificada. A Assembleia vem com um programa, em parceria com entidades do setor produtivo, com a prefeituras, câmaras municipais e governo estadual, que vai levar os municípios a descobrirem uma aptidão econômica ou até mesmo profissionalizar e capacitar os cidadãos. Vamos fazer projetos pilotos em municípios, mas obviamente que a pandemia tem atrapalhado, mas a ideia é levarmos as entidades representativas, junto com as prefeituras e governo do estado, levar cursos profissionalizantes, buscar empresas que possam investir nessa cidade, qualificar as pessoas e gerar emprego e renda. A Assembleia será uma ponte para isso e é nosso papel beneficiar os municípios e a nossa população.

O programa **Alego** Ativa, estimado em R$ 1,8 milhão, deve ser retomado após a pandemia. Quais os benefícios que o programa traz para os municípios?

É um programa que foi concebido na minha gestão e que é um braço do Inter-câmaras. Fizemos termos de cooperação com entidades do setor produtivo, fundações, servidores públicos, de licitação, de todos os segmentos na área pública para levar atividades culturais para a sociedade; através do termos de cooperação com a Fundação Banco de Olhos, levar atendimento oftalmológico; com universidade levar atendimento na área de odontologia; com o Sistema S levar cursos profissionalizantes para a população; com outras entidades, como a Fieg, Faeg, Fecomércio, levarmos oportunidades para a população; ouvir as demandas das lideranças políticas dessas cidades e da sociedade. Nos anos de 2019 e nos dois meses de 2020 conseguimos atender mais de 27 mil pessoas em 9 edições do **Alego** Ativa. Nossa programação era aumentar para duas edições por mês, mas veio a pandemia, nós paramos e o contrato venceu. A Assembleia entra com toda a estrutura física e as entidades cooperadas com a Assembleia entram com o trabalho de atendimento à população. A primeira licitação foi orçada em quase R$ 1,1 milhão e na licitação saiu por R$ 490 mil. A licitação atual foi orçada em R$ 1,8 milhão porque tudo subiu muito e porque vamos fazer duas edições por mês. A licitação ainda não aconteceu e, com certeza, esse valor deve cair muito. Outra questão: estamos fazendo registro de preço da estrutura para ocorrer o evento e, se for necessário, ser usado. Eu enxergo o Legislativo como o poder mais próximo da sociedade, aqui está aberto a todos.

Mas o Poder Legislativo tem um papel constitucional, que é elaborar leis e fiscalizar o Poder Executivo. Esses dois programas não fogem desse papel?

Não foge porque quem faz isso não é a Assembleia, são os parceiros que têm cooperação com a Assembleia.

Mas o objetivo dos programas, geração de emprego, capacitação profissional, não extrapola a função do parlamento?

Não foge. Vamos com os parlamentares ouvir a sociedade, vamos ver a rodovia, a estrada, a situação da saúde pública, do asfalto, da educação, visitar uma escola, ouvir o vereador e ouvir o prefeito através de audiências públicas.

Esse era o Intercâmaras, um programa pequeno que ouvia as pessoas. A Assem-bleia tem força, tem parceiros, e esses parceiros vão junto com a estrutura deles, com os serviços que eles já prestam, agregam e vira o **Alego** Ativa. É uma junção de forças. Se eu posso ir até lá ver como está o município - e é papel do parlamentar, aproximar a Assembleia do cidadão - e junto levar todas essas estruturas, por que não vou fazer e beneficiar a população dessa cidade? Não fugimos do que temos como função, constitucionalmente falando, porque precisamos estar no interior, visitando cada município.

Qual o custo desses programas? Há recursos específicos para eles?

Esses programas não têm custo. As entidades já fazem e os bancam. Elas têm termo de cooperação com a Assembleia e vão com a estrutura delas. Não tem aplicação de recursos do Poder Legislativo e, sim, das entidades que já prestam esse serviço.

A nova sede da **Alego** será concluída até o fim do ano. Já foram estimados o custo da transferência? O mobiliário será trocado?

Nossa expectativa é que a mudança ocorra até fevereiro do ano que vem. O custo está sendo gestado ainda, estamos fazendo por lotes de licitações e

aconteceu apenas uma, de cadeiras, e eu não gostei e acho que não vou aceitar porque são cadeiras muito ruins. O que puder aproveitar daqui [atual sede], iremos aproveitar, e o que não der para aproveitar vamos doar para alguma entidade.

O projeto do senhor é se candidatar a deputado federal, mas o senhor é lembrado como vice de Caiado. Como vê essa possibilidade?

Estou trabalhando, buscando viabilizar minha candidatura a deputado federal. Isso são questões do meio político e da imprensa. Eu nunca conversei com o governador e sempre deixei ele muito tranquilo em relação a isso. Fico feliz do meu nome ser cogitado porque se está sendo cogitado é porque estamos fazendo um bom trabalho. Essa questão de definição de vice, com respeito a todos que estão sendo lembrados, é uma questão pessoal do governador e uma situação de momento e de grupo político. Não podemos antecipar as coisas, eu nunca iriei constranger o governador em relação a isso. Quero ser parceiro do Estado de **Goiás**, sou parceiro do governador, caminharei com ele nas eleições de 2022, independentemente do cargo que irei disputar.

Mas há um impasse em relação ao apoio que o governador dá à reeleição do presidente Jair Bolsonaro e o fato de o PSB ser oposição ao governo federal.

Eu nunca fui oposição ao presidente Jair Bolsonaro. Meu partido a nível nacional tem postura de oposição a ele. A minha postura política é de apoio ao presidente da República. Minha região é agrícola, forte no agronegócio e eu sou representante do setor produtivo, um setor que apoia maciçamente o presidente Bolsonaro, da mesma forma eu tenho essa opinião. Respeito o partido a nível nacional, eles respeitam a minha posição e nunca tivemos divergência por conta disso. Agora, se for para disputar uma eleição na qual eu não possa ter essa liberdade, eu não disputarei no PSB.

O senhor pensa em trocar de legenda?

Não descarto essa possibilidade. Vai depender das conversas que vamos ter internamente dentro do partido: da base do PSB estar ou não com o governador Ronaldo Caiado. Isso é uma condicionante que tenho que deixar muito claro, porque se o PSB não estiver junto com o governador, eu não posso permanecer nele ou em qualquer outro partido. Uma condicionante minha é caminhar em apoio à reeleição do governador Ronaldo Caiado.

Site:
http://tribunadoplanalto.com.br/2021/05/04/entrevista-vou-conversar-com-todos-os-deputados-para-buscar-o-voto-favoravel-a-extincao-do-tcm/

Escolas estaduais de Goiás perdem 35 mil alunos em meio à pandemia

Catherine Moraes

Em 2021, mais de 35 mil estudantes da rede estadual de educação em **Goiás** não renovaram matrículas nem solicitaram transferência para outras escolas. Os dados indicam a quantidade de alunos que figura na lista de evasão escolar, ou seja, os que optaram por não dar continuidade aos estudos. O volume, apesar de alto, foi considerado positivo pela Secretaria de Estado de Educação em **Goiás** (Seduc), visto que é 47,5% menor que o registrado no ano passado, quando 68.063 alunos evadiram das escolas.

De acordo com Seduc, o levantamento foi realizado com base no número de matrículas. De 2020 para 2021, foram exatos 35.696 estudantes. Além da evasão, há ainda os alunos que configuram dentro do abandono escolar, ou seja, que deixaram a escola, mas se matricularam novamente no ano seguinte. Neste caso, 2020 contabilizou mais de 9 mil nesta condição em **Goiás**.

Gerente de Avaliação da Rede Estadual e Estatísticas Educacionais da Seduc, Márcia Maria de Carvalho Pereira afirma que analisar os dois indicadores - evasão e abandono escolar - é importante para que o Estado possa redefinir ações e desenvolver estratégias para a melhoria do acesso à educação básica. Para ela, há relação direta com as ações da chamada busca ativa que foram promovidas e ampliadas nos últimos anos. Em março de 2020, logo no início da pandemia, a Seduc lançou um painel de monitoramento pelo qual é feito um levantamento periódico da frequência dos estudantes e do acesso deles às aulas não presenciais. A pasta explica que as unidades escolares entram em contato com alunos ausentes há mais de 14 dias.

Maria Julia Azevedo é gerente de Implementação de Projetos do Instituto Unibanco. A instituição, que não possui fins lucrativos, tem parceria com seis Estados, incluindo **Goiás**, a fim de melhorar a qualidade do ensino público. Ela avalia a redução na evasão escolar em **Goiás** como positiva e diz que é fruto de um esforço conjunto entre professores, gestores e técnicos. "A secretaria aplicou questionários com os diretores de mais de 900 escolas da rede sobre a atual relação dos jovens e suas famílias com a escola, com o objetivo de identificar as maiores dificuldades encontradas pelas escolas para manter o vínculo com estudante e mapear ações de busca ativa com resultados positivos", afirma Maria Julia.

Entre os exemplos positivos, Maria Julia Azevedo cita o Colégio Estadual Pedro Neca, localizado em Aparecida de **Goiânia**, que criou o Dia do Resgate. Neste dia, professores não colocam atividades na plataforma e ficam on-line para tirar dúvidas ou resolver as demandas trazidas pelos estudantes. Além disso, também realizam visitas nas residências daqueles que não conseguem acessar a plataforma e organizaram um serviço de call center executado por uma professora, que liga com frequência para todos os estudantes da escola. "Após a implementação da busca ativa na escola, a participação dos estudantes no ensino remoto aumentou de 50% para 95%", pontua a gerente.

Em **Goiás**, a estratégia da Seduc foi distribuir cestas básicas. Durante a entrega presencial dos kits, as equipes pedagógicas questionam os pais sobre a participação dos estudantes nas aulas. "Essa ação tem resgatado muitos alunos e melhorado a relação de parceria escola/família. Nesse momento, também são entregues as atividades impressas, tanto do aluno resgatado como dos estudantes que não têm acesso à internet", explica a superintendente de Organização e Atendimento Educacional da Seduc, Patrícia de Morais Coutinho.

"Para muitos, a alimentação na escola cumpre um papel importante na segurança alimentar", avalia o coordenador de políticas educacionais do movimento Todos pela Educação, Ivan Gontijo.

Ivan diz que a estratégia em **Goiás** é válida, mas que sozinha não é suficiente. "Temos de olhar os dados de **Goiás** com muito cuidado. Não pode ser vendido como uma super conquista porque a tendência em todo o País é de aumento. O que temos de observar, na realidade é: quando as aulas voltarem presencialmente, será que o número de alunos permanece? Não adianta nada o aluno estar pegando as cestas, mas quando as aulas voltarem ele não retornar à escola. Os impactos deste período de pandemia são muito grandes", completa.

Conselho tutelar

Patrícia de Morais, da Seduc, explica que uma das

últimas alternativas inclui acionar o Conselho Tutelar. "No momento em que a escola identifica que o aluno está com baixa frequência ou deixou de frequentar, o gestor da escola entra em contato com o Conselho Tutelar. Isso depois de ele ter feito todas as ações: contato por telefone; ir até a casa do estudante, procurar a família", pontua a superintendente.

Dados questionados

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) realizou um levantamento sobre o assunto e no documento, questiona alguns pontos da busca ativa dos estudantes. Segundo o relatório, assinado pelo **conselheiro** Saulo Marques Mesquita, diz que o Painel de Monitoramento traz o quantitativo de alunos que não está participando das atividades, mas não é possível identificar qual/quem é esse aluno. "A identificação desses alunos é uma condição que oportuniza uma atuação concreta e particularizada junto aos alunos infrequentes, buscando extrair deles as causas desta infrequência e/ou evasão para, dessa forma, proceder a respostas adequadas", diz o relatório.

A professora Míriam Fábia Alves, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de **Goiás** (UFG) diz que a queda do registro de evasão é importante, mas ressalta que os números ainda são altos e que outros dados precisam ser levados em consideração. "Precisamos ponderar se a diminuição da evasão ocorre de forma proporcional para ensino fundamental e médio. Caiu entre os mais pobres? Entre os estudantes marcados pelos critérios de cor? Com certeza a pandemia deve ter marcado muito a desistência de estudantes com maiores dificuldades para acessar a escola. É o que mostram todas as pesquisas", finaliza.

Estudante emite alertas

Coordenador de políticas educacionais do movimento Todos pela Educação, Ivan Gontijo diz que alunos de evasão e abandono dão sinais ao longo do período letivo. "Geralmente repetiram muitas vezes ou não são tão engajados com a comunidade escolar", completa. Gontijo também aponta o ingresso precoce ao mercado de trabalho como fator importante, principalmente para alunos do ensino médio, geralmente para ajudar a renda familiar.

Neste momento pandêmico, ele cita ainda a migração para o ensino remoto, bem como a vulnerabilidade de famílias com menor condição financeira. "O terceiro ponto vivido agora é uma crise econômica sem precedentes que amplia tudo isso", finaliza.

Unicef aponta dano ainda maior

Um relatório divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) aponta dados ainda maiores englobando em todo o Estado (escolas municipais, estaduais, particulares e conveniadas), crianças e jovens fora da escola em 2021. Os dados compilados de abandono e evasão indicam que em **Goiás** são mais de 123 mil, com idade entre 6 e 17 anos. No ano passado, o primeiro da pandemia do coronavírus (Sars-CoV-2), eram mais de 54 mil com idade entre 4 e 17 anos. A conclusão do estudo é que entre os reflexos da Covid-19 está o agravamento de uma situação já problemática no país.

De uma forma geral, a maior parte dos alunos que deixa a escola, seja retomando no ano seguinte, ou não, envolve jovens com idade entre 15 e 17 anos. O relatório divulgado pela Unicef também mostra que há relação alta entre a pobreza e a exclusão da escola. "Apenas 9,9% dos que estavam fora da escola e tinham de 4 a 17 anos em 2019 vivem em famílias com mais de um salário mínimo per capita; 90,1% vivem em famílias com renda familiar per capita menor que um salário mínimo. Desses, 32,3% em famílias com até um quarto do salário mínimo de renda familiar per capita, 29,6% entre um quarto e a metade e 28,2% de meio até um salário mínimo per capita.", diz o documento.

Gerente de Implementação de Projetos do Instituto Unibanco, Maria Julia Azevedo afirma que com a queda brusca da atividade econômica, o desemprego aumentou e, consequentemente, pioraram as condições dos estudantes e das famílias. "Muitos estudantes terão de trabalhar para ajudar a complementar a renda da família", completa.

Zenaide Dourado dos Santos, de 41 anos é auxiliar de serviços gerais, mas está sem emprego formal. O marido é pedreiro, também sem trabalho. O casal tem dois filhos que deixaram a escola: Igor da Silva, de 18 anos e Geovanna Dourado Alves, de 16. Ambos ajudam os pais em bicos. "Ficou muito difícil ir à escola e buscar as tarefas. Também mudamos de setor e ficou ainda mais longe. Eles perderam o ano passado e creio que vão perder todo este ano de novo", explica a mãe. Os dois estudavam em uma escola municipal em Senador Canedo, cidade da Região Metropolitana de **Goiânia**.

Site:
https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/escolas-estaduais-de-goi%C3%A1s-perdem-35-mil-alunos-em-meio-%C3%A0-pandemia-1.2244033